



Abimael Baldani

ADVOCACIA – OAB – PR 10.821

EXCELENTÍSSIMA SENHORA

DORALICE DA CRUZ LEITE

DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

JAGUAPITÃ – PARANÁ

ABIMAEAL BALDANI

brasileiro, viúvo, advogado, portador da cédula de identidade nº 794.454-PR., inscrito no CPF sob nº 157.024.059-00, residente e domiciliado à Avenida São Paulo, nº 170, nesta cidade, vem com o devido respeito em presença de Vossa Excelência a fim de requerer **CÓPIA INTEGRAL** (justificativa do Executivo, parecer(es) da(s) comissão(ões), discussões em plenário, etc.) do processamento legislativo que redundou na edição da Lei Municipal nº 21/2002.

O presente pedido visa instruir ação civil pública movida pelo Ministério Público em face do requerente, segundo comprovante em anexo.

Requer prioridade de atendimento, previsto no Estatuto do Idoso, em razão de sua idade avançada.

Aguarda deferimento.

Jaguapitã, 22 de maio de 2017



ABIMAEAL BALDANI

- Requerente -

Req: 052/2017

*Autoriza
Encaminhado jurídico
24/05/17*

RUA ALAGOAS, 43 – FONE/FAX (43) 3272-1496

CEP 86610-000 – Jaguapitã – Paraná – abimaeladvocacia@hotmail.com

(REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL)

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

REGISTRO GERAL 794.454

NOME ABIMAEAL BALDANI

FILIAÇÃO Lauro Baldani
Laide de Oliveira Baldani

S.C.do Rio Pardo-SP. 18/jul/1949

NATURALIDADE DATA DO NASCIMENTO

CURITIBA-PR 15/ago/1977

EUDES BRANDENBURG DE POLÍCIA
DIRETOR

(VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de inscrição

157.024.059-00

Nome

ABIMAEAL BALDANI

Nascimento

18/07/1949

ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DO PARANÁ
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME

ABIMAEAL BALDANI

FILIAÇÃO

LAURO BALDANI
LAIDE DE OLIVEIRA BALDANI

NATURALIDADE

SANTA CRUZ DO RIO PARDO-SP

RG

794.454 - SSPPR

DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS

NÃO

DATA DE NASCIMENTO

18/07/1949

CPF

157.024.059-00

VIA

01

EXPEDIDO EM

21/01/2011

JOSE LÚCIO GLOMB
PRESIDENTE



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE JAGUAPITÃ
VARA CÍVEL DE JAGUAPITÃ - PROJUDI

Avenida Minas Gerais, 191 - Jaguapitã/PR - CEP: 86.610-000 - Fone: (43) 3272-1362

MANDADO DE CITAÇÃO

Processo: 0001493-29.2016.8.16.0099

Classe Processual: Ação Civil Pública

Assunto Principal: Dano ao Erário

Valor da Causa: R\$262.442,72

Autor(s): • Ministério Público da Comarca de Jaguapitã PR (CPF/CNPJ: Não Cadastrado)
Avenida Minas Gerais, 191 - JAGUAPITÃ/PR

Réu(s): • ABIMAEL BALDANI (RG: 7944543 SSP/PR e CPF/CNPJ: 157.024.059-00)
AVENIDA SÃO PAULO, 170 - JAGUAPITÃ/PR

• Município de Jaguapitã/PR (CPF/CNPJ: 75.457.341/0001-90)
Avenida Minas Gerais, 222 - JAGUAPITÃ/PR - CEP: 86.610-000

O DR. RICARDO MITSUO ABE, MM. JUIZ DE DIREITO COMARCA DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, ETC.-

MANDA a qualquer Oficial de Justiça deste Juízo, a quem for este distribuído, que em cumprimento ao presente Mandado, estando devidamente assinado, se dirija nesta Comarca e aí proceda a **CITAÇÃO** de **ABIMAEL BALDANI**, brasileiro, viúvo, advogado, portador do inscrito na OAB/PR nº 10821, portador do RG nº 794.454/PR e inscrito no CPF nº 157.024.059-00, residente e domiciliado na Rua São Paulo, nº 170, centro, nesta Cidade de Jaguapitã/Pr, por todo teor da petição inicial de seq. 1.1, por cópia anexa que passa a fazer parte integrante deste, para querendo, no prazo de quinze dias, contados na forma do art. 231, II, do NCPC, oferecer contestação, por petição, com a advertência de que não sendo a ação contestada, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, do NCPC). Tudo de conformidade com o r. despacho de seq. 8.1, dos autos n.º 0001493-29.2016.8.16.0099 de Ação Civil Pública em que é Requerente Ministério Público do Estado do Paraná e Requerido **ABIMAEL BALDANI**, adiante transcrito: Vistos etc...Dispensado o prévio recolhimento de taxas e custas processuais, nos termos do disposto no art. 18, da Lei n.º 7.347/85 e art. 91, do Novo Código de Processo Civil. Tendo em vista a litigiosidade que envolvem feitos desta natureza, sem perspectivas de composição consensual, deixo de designar audiência de conciliação/mediação imediata, sem prejuízo de posterior designação, caso haja manifestação de interesse da parte requerida na conciliação. Cite-se o réu, por mandado, para querendo, no prazo de quinze dias, contados na forma do art. 231, II, do NCPC, oferecer contestação, por petição, no prazo de quinze dias, com a advertência de que não sendo a ação contestada, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art.344, do NCPC). Cite-se também o Município de Jaguapitã, na pessoa de seu representante legal (art. 75, III, NCPC) para manifestar-se nos autos sobre seu interesse no processo, na forma do art. 17, § 3º, da Lei n.º 8.429/92 c.c. art. 6º, § 3º, da Lei n.º 4.717/65

Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Jaguapitã, Estado do Paraná, aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete.

Maria Ivone Trapp Campaner

Analista Judiciária

(AUTORIZADA PELA PORTARIA Nº 001/2010)